

Dossiê - Biografias de mulheres na História da Educação Brasileira

Narrar as vivências de mulheres é impulsionar os mecanismos da historiografia, como quem tenta revelar outros ritmos e direções. Trata-se de deslocar lentamente o compasso dominante, imprimindo novos gestos e percursos até que os movimentos dessas vidas se façam visíveis em toda a sua complexidade. “[...] a releitura do passado também traduz o desejo de renovação interna e de afirmação da liberdade de existir diferentemente no presente” (Rago, 2013, p. 57). No vai e vem das experiências, ganham forma os gestos antes silenciados, as resistências poderosas e sutis, enfrentamentos cotidianos, invenções de si, que se ocultavam sob a rigidez dos relatos centrados unicamente na dor, na submissão e na violência.

É nesse processo de deslocamento cuidadoso, operado sobretudo por outras mulheres, que a história ganha novos caminhos: ela se desvia das narrativas lineares e monocromáticas para acompanhar o passo múltiplo, enriquecedor e contraditório da existência feminina. Ao invés de congelar o instante, o que se busca é acompanhar o fluxo, o de vidas que não cessam de se mover, de se insurgir, de transformar o mundo que as tentou conter.

Dar movimento a essas histórias não é gesto neutro; o movimento já se fez; é uma escolha política e deliberada de ativar a memória e interpelar o presente. É como lançar essas vidas em um processo de decantação contínua, no qual a pesquisa e a problematização compõem o terreno por onde elas caminharam, tropeçaram, ensinaram, escreveram, dançaram e persistiram. O que emerge desse trajeto não são apenas figuras isoladas, mas presenças inteiras, plurais e vibrantes, que antes permaneciam à margem dos itinerários oficiais da história. Com cada



Esta obra está licenciada com uma licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

escrita, traçam-se percursos: registros sérios e abertos da história que podem ser trilhados de múltiplas formas, atravessar tempos, romper silêncios e inscrever outros ritmos no corpo coletivo da memória brasileira, sobretudo aquela forjada nos corredores das escolas, nos encontros universitários, nas linhas das editoras e nos espaços cotidianos da vida.

Biografar mulheres constitui um gesto insurgente de enfrentamento político e epistemológico, um ato profundo de desembrulhar as potências silenciadas, em meio aos escombros de histórias sistematicamente apagadas. É mais que narrar vidas, é desentranhar vozes que sempre existiram, rasurar o destino imposto da dor como essência, recusando a lógica paralisante que reduz a experiência feminina ao sofrimento. É problematizar “[...] suas existências através de um caráter relacional e clivado de poderes, como, sobretudo, elas se tornam protagonistas e sujeitas de ação” (Soares e Zarbato, 2020, p. 07). Trata-se de tensionar os limites da memória e da linguagem, desestabilizando a hegemonia de uma narrativa patriarcal que, com voracidade, tentou nivelar, apagar singularidades e sufocar a pluralidade dos percursos femininos em contextos marcados por opressão, desigualdade, mas sobretudo por resistência.

Todo ato de memória é atravessado por uma tensão irreconciliável: a busca por fidelidade ao que foi vivido e a impossibilidade de alcançar uma resposta definitiva. Calveiro (2005) nos alerta que lembrar não é arquivar, não se trata de congelar o passado em prateleiras imóveis, como se a experiência pudesse ser fixada num depósito neutro e estático. Pelo contrário, a memória move-se, inquieta, refaz e desfaz os contornos daquilo que evoca, numa dança constante entre presença e ausência, entre o que retorna e o que se perde. Longe de significar solidez, a repetição exata de um mesmo relato ao longo dos anos pode revelar, paradoxalmente, a derrota da memória. Um relato cristalizado, que se repete sem variações, pode não ser sinal de recordação viva, mas de esquecimento disfarçado, uma narrativa que, ao invés de abrir sentidos, os fecha. Historicamente, essa observação nos convoca a pensar criticamente os usos políticos da memória coletiva. Em contextos marcados por violências de Estado, como as ditaduras latino-americanas, lembrar e registrar é um gesto de resistência, mas também um campo de disputa. A memória, quando viva, não se acomoda: ela se reinventa, interpela o presente, desestabiliza consensos.

Se fez presente neste dossiê, intitulado “Biografias de Mulheres na História da Educação brasileira” o esforço e a escolha de se manifestar contra a opressão, a indiferença e o esquecimento, por meio da biografia histórica, ou seja, uma escrita de natureza histórica que tem como foco o indivíduo, imerso em um tempo e em um espaço, mas, em hipótese alguma, afogado em ambientes, sendo sobretudo história e narrativa (Le Goff, 1989). Muito ainda precisa ser feito, escrito e contado, afinal, como defendeu Simone de Beauvoir, “O pessoal é político!”.

Iniciamos este dossiê com dois artigos que se dedicam à análise das trajetórias de duas mulheres marcadas por contextos históricos e geográficos distintos, mas unidas pelo compromisso com a literatura infantil. Ambas viveram os impactos da Segunda Guerra Mundial, ainda que por perspectivas diferentes, uma na Itália, em meio ao epicentro europeu do conflito; a outra no Brasil, atravessando os reflexos da guerra. Separadas pelo Oceano Atlântico, suas experiências revelam não apenas modos singulares de vivenciar e elaborar o tempo histórico, mas também formas de resistência e intervenção simbólica por meio de escritas voltadas às infâncias, que circularam em terras brasileiras.

O primeiro artigo “Livros interditados e não recomendados: il Piccolo emigrante e sua autora Arpalice Cuman Pertile”, de Terciane Ângela Luchese traça o percurso da professora e escritora nomeada no título. Pertile foi a primeira mulher da cidade de Marostica a concluir o Ensino Superior em 1898 e a se tornar professora da Escola Normal. Luchese constrói o artigo entrelaçando aspectos biográficos da autora e de seus escritos, que também circularam no Brasil – em especial *Il Piccolo Emigrante*, com o intento de analisar a relação de Arpalice Cuman Pertile, suas obras e as evidências da defesa de paz e liberdade, no contexto histórico italiano da primeira metade do século XX. Adota como procedimento de pesquisa a análise documental de uma variedade de fontes, dentre elas, correspondências, fotografias e jornais, além do referencial bibliográfico. O artigo é um convite para se conhecer a história de vida de uma escritora e professora que presenciou duas grandes guerras e sofreu em meio ao totalitarismo fascista. Ao final da década de 1920, algumas de suas obras de literatura infantil e didáticas deixaram de ser recomendadas por não estarem vinculadas aos ideais fascistas; mesmo com as imposições de isolamento, precarização das condições de vida, Arpalice ecoou em seus escritos a defesa da liberdade, justiça, paz e fraternidade humana. A biografia de Arpalice, professora, autora, mulher é narrada na intersecção com o contexto social, cultural e político em

que viveu, e nos permite analisar traços biográficos e pensar a complexidade de uma época.

O segundo artigo, de autoria de Fernando Rodrigues de Oliveira e Elizangela Maria Esteves Barros intitulado “Maria José Dupré: um fenômeno editorial na história da literatura infantil”, tem por mote lançar luz nas mulheres-autoras, que marcaram o século XX brasileiro de modo a romper com o silenciamento que ainda se impõe a elas. Na construção de uma nova visão sobre o papel feminino em nossa sociedade, busca compreender o lugar de Maria José Dupré na história da literatura infantil no Brasil. As fontes privilegiadas são os seus dez livros infantis, quais sejam: Aventuras de Vera, Lúcia, Pingo e Pipoca (1943), A ilha perdida (1944), A montanha encantada (1945), A mina de ouro (1946), O cachorrinho Samba (1949), O cachorrinho Samba na Floresta (1950), O cachorrinho Samba na Bahia (1957), O cachorrinho Samba na Rússia (1963), O cachorrinho Samba entre os índios (1966), Cachorrinho samba na Fazenda Maristela (1967); além de artigos publicados em jornais e a autobiografia de Maria José Dupré. Como conclusão, os autores apontam para a construção e /ou adesão a uma certa “fórmula” de sucesso editorial, que a levou a marcar a formação de inúmeras gerações de leitoras e leitores desde o seu primeiro livro infantil.

Cuidadosamente, Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro, José Carlos Souza Araújo e Palloma Victoria Nunes e Silva operam teórica e metodologicamente uma pesquisa biográfica, problematizando a história de uma professora primária leiga. Trata-se do artigo: “Entre aceitação e resistência: desafios de uma professora primária pública leiga na escola e na cidade-Ituiutaba, MG, 1893–1925” que tem como objeto de estudo a formação de Alzira Vilela, sua atuação profissional e a materialização de sua prática docente e discente, bem como o perfil que construiu como professora e mulher protagonista de sua própria história na educação, por meio de uma atuação marcada pelo engajamento socio docente. Tem-se como objetivo fulcral delinear sua trajetória de vida, caracterizar suas ações, reações e os desfechos de sua atuação nos espaços públicos e privados, além de mapear sua produção material relacionada à atividade docente e escolar. A partir de pesquisa documental, tomaram-se como fontes, a reprodução *fac-símile* de bilhetes, cartas, impressos e fotografias; também de manuscritos (composição, ditados, exercícios, além de diários, planejamento e outros), datiloscritos, formulários, dentre outros. Os autores esclarecem que o texto é resultado de uma pesquisa no qual o dado biográfico foi útil para se compreender o dado social coletivo: o contexto, os

diálogos, as relações de engajamento no grupo social. Alzira Vilela é o ponto de partida e o centro da compreensão, da atitude e experiência de resistência com protagonismo, precavendo-se, no entanto, para não caírem na armadilha da ilusão biográfica.

Posteriormente, a pesquisadora Ana Raquel Costa Dias, autora de “A militância de uma educadora e escritora: Iracema Furtado Soares de Meireles e a ditadura varguista (1937-1945)” procurou entrelaçar algumas tramas biográficas de Iracema Furtado Soares de Meireles, mulher nordestina, escritora, educadora e militante em tempos de sombras. A partir de uma escrita denunciante, o texto restitui à memória histórica uma personagem apagada pelo duplo silenciamento imposto às mulheres e às dissidências políticas no Brasil do Estado Novo. A narrativa recusa o conforto e a falácia da neutralidade e se posiciona, como Iracema o fez, no campo da resistência. A autora insere a vida e o nome de Iracema no cerne das disputas epistemológicas da historiografia, denunciando o patriarcado como estrutura histórica de exclusão e a ditadura como engrenagem concreta de apagamento político. Iracema, autora da cartilha “A Casinha Feliz” (1970), foi muito mais do que uma pedagoga de método: foi mulher em marcha, atravessada por opressões, mas também em constante reinvenção. Enfrentou o autoritarismo, a vigilância, a marginalização do saber feminino e a dor pessoal da perseguição política ao lado do companheiro Silo Meireles, com quem dividiu sonhos e trincheiras. Ao relatar sua atuação como alfabetizadora nas favelas, nos quartéis, nas escolas públicas e junto às(aos) excluídas(os) do sistema, o artigo revela uma mulher que transformou o ofício docente em militância cotidiana.

Os próximos três textos estão interligados pelo *locus* de atuação de suas biografadas, o ensino superior no Brasil, especificamente, em Minas Gerais, São Paulo e Ceará. Embora formadas em diferentes cursos superiores, as três atuaram, ao longo de algumas décadas da segunda metade do século XX, em um ambiente predominantemente masculino e muitas vezes, hostil às mulheres. Neste ambiente se destacaram por sua atuação e produção acadêmica.

“Alaíde Lisboa de Oliveira e Magda Becker Soares: biografias entrelaçadas na Universidade Federal de Minas Gerais”, de Juliano Guerra Rocha e Francisca Izabel Pereira Maciel, tem por objetivo analisar a trajetória profissional de ambas as professoras no âmbito da UFMG, identificando as relações que estabeleceram entre si e as influências que exerceram em diferentes espaços dessa instituição ao longo

de duas décadas, de 1959 a 1979. Os autores utilizam, como fontes históricas, documentos do Centro de Pesquisa, Memória e Documentação (Cedoc) da FaE/UFMG, com destaque para os fundos Alaíde Lisboa e Magda Soares, os diários de classe referentes às disciplinas por elas ministradas na graduação e na pós-graduação da Faculdade de Educação da UFMG, além de textos autobiográficos. Analisam aspectos até então não elucidados sobre as biografias de Soares e Oliveira, demonstrando que suas trajetórias tiveram muitos pontos de intersecção na UFMG. Elas trabalharam como professoras de Didática Geral e de Português, além de terem exercido expressiva atuação no Colégio de Aplicação, na própria constituição da Faculdade de Educação e na criação do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMG.

Rosana Carla de Oliveira e Claudia Panizzolo no artigo “Professora Marianna Augusto, “escolhida por Deus” e ligada à ciência: contribuições para a criação da primeira creche universitária do Brasil (1940-1970)” apresentam um estudo sobre a professora, enfermeira e intelectual Mariana Augusto e seu papel, sobretudo para a criação da Comunidade Infantil em 1971, primeira creche universitária brasileira, cuja finalidade era a de resolver problemas de algumas mães que precisavam de um local seguro para deixar seus filhos enquanto trabalhavam, bem como por sua dedicação à EPE e produção acadêmica na área da Enfermagem. A pesquisa se insere na perspectiva da História Cultural, segundo a qual objetos, signos e iconografias são reconhecidos como fontes de investigação, portanto além dos documentos escritos, superando a escrita da história de base cronista ou memorialista e baseada em fontes consideradas oficiais. Por meio de entrevistas buscou-se acionar as memórias, que por sua vez revelaram sentimentos, não como uma repetição do estado antigo, mas, sim, como uma reaparição dotada de moralidade evocada pelos quadros sociais. De acordo com as autoras, as memórias expressam não somente o olhar individual, mas um amalgamado com o olhar do outro, que se forma coletivamente. As análises a partir dos quadros sociais permitiram entender as memórias explicitadas e as silenciadas que se manifestaram em função de uma organização que acatou as regras institucionais e morais impostas, ainda que de forma velada ou naturalizada. As memórias de Marianna trouxeram à tona jogos de poder, estigmas de gênero, forças coercitivas e morais, muitas vezes naturalizadas em uma sociedade patriarcal. Enfim, enfatizam as autoras, as memórias e as histórias de Marianna Augusto merecem ser contadas,

bem como a de outras tantas mulheres, enfermeiras, professoras e intelectuais precisam ser contadas.

O artigo “Maria Marina Dias Cavalcante: memórias da trajetória formativa para a docência (1954-2015)”, de autoria de Lia Machado Fiuza Fialho, Maria Aparecida Alves da Costa e Susana Gavilanes Bravo, na interrelação entre a Educação e a História trata da história da professora nordestina Maria Marina Dias Cavalcante considerando sua trajetória formativa e sua docência na Universidade Estadual do Ceará (UECE). Como problema de pesquisa, as autoras questionaram-se sobre a constituição histórica da trajetória formativa trilhada por Marina Cavalcante, ao longo da década de 1980, no ensino superior, espaço majoritariamente ocupado por homens. A fim de responder à pergunta de pesquisa central, adotaram como procedimento metodológico, a construção da narrativa da biografada, mediante coleta a partir de entrevista livre. O artigo sobre a professora Cavalcante revela a importância de registrar, preservar e valorizar histórias femininas, visto que, em nossa história, as mulheres foram invisibilizadas, relegadas ao esquecimento e tiveram suas contribuições menosprezadas, além de nos instigar a pensar sobre as potencialidades da pesquisa biográfica para ampliar a compreensão, refletir criticamente e reelaborar narrativas históricas. Ao registrarem e preservarem a história de uma mulher educadora, as autoras contribuem para a igualdade de gênero nas pesquisas biográficas, historicamente marcadas por figuras masculinas.

O dossiê finaliza com dois textos que apresentam trajetórias de mulheres que responderam de distintos modos às expectativas sociais, na Argentina e no Brasil. O que os une é a operação historiográfica eleita, de biografar não para tornar exemplar, mas para pensar as vinculações com a formação e escolhas profissionais e intelectuais das biografadas.

Um dos textos é “Berta Wernicke y su proyecto de formación docente para la educación primaria de inicios del siglo XX profesional de Berta Wernicke (1871-1962)”, de Carolina Cuesta que se dedica à biografia da professora que dá nome ao texto. Berta Wernicke estudou na Escola Normal, complementados com estudos em Geografia e História Natural, bem como em Pedagogia e Didática. A educadora que esteve em terras brasileiras nos anos 1940, teve uma formação disciplinar pedagógica e científica em diferentes campos do conhecimento contribuiu para o desenvolvimento de uma didática do ensino fundamental, que correspondia em seus fundamentos conceituais e métodos aos processos políticos, não isentos de tensões

/

e divergências ideológicas, levados ao termo e ao cabo pelos movimentos liberais reformistas, particularmente no que se referia à consolidação do sistema público de ensino e à formação de professores. Essa mesma inscrição política pedagógica resultou em atuação junto aos movimentos feministas de educadoras da época. A partir de uma diversidade de fontes, como imprensa, tratados, compêndio, atas de conferências. Em seu texto, Cuesta nos apresenta, Berta Wernicke, que como tantas outras mulheres de famílias de imigrantes transatlânticos, dedicou-se para além das tarefas domésticas a uma variedade de atividades laborais, como costureiras, lavadeiras, cozinheiras e ao magistério, e no caso em tela, se tornou precursora do movimento feminista na Argentina, criando o Conselho Nacional de Mulheres, o Centro Feminista Socialista e o Centro de Mulheres Universitárias Argentinas.

O outro texto é o de Kênia Hilda Moreira intitulado “Helena Sangirardi e a Educação das Mulheres no Brasil (1940-1970): uma biografia da autora a partir de suas obras”. Trata-se da biografia de Helena, como ficou conhecida no Brasil, especialista em economia doméstica e em assuntos femininos em geral, sua trajetória refere-se à educação em espaço não escolar, que formou muitas gerações de mulheres por meio de suas publicações. Fundamentado na História Cultural, o artigo tem por objetivo apresentar a história de Helena Sangirardi, com ênfase em sua atuação profissional, na relação indissociável com o contexto social em que esteve inserida, além de compreender o contexto de expansão do rádio e da imprensa impressa como veículos informativos e formativos, e da publicação de livros destinados ao público feminino. Toma como fonte principal seus escritos, publicados na forma de livros e colunas semanais em periódicos, entre as décadas de 1940 e 1970. A autora apresenta uma mulher empenhada em educar outras mulheres, por meio do rádio, da revista, da televisão e de livros ao mesmo tempo, em que expõem a sociedade brasileira daquele tempo.

Por fim, muitos são os aspectos que os artigos do dossiê nos convidam a refletir sobre as biografias. Este gênero, ou melhor dizendo, este modo de se fazer história (Le Goff, 1999), passou a ser revisitado desde 1980, a partir de um balanço amplo e detalhado do itinerário da historiografia e pelo alargamento temático, que suscita a constituição de novos objetos e a reconfiguração de antigos temas, articulados na fértil interlocução entre as historiadoras e historiadores da educação e a produção historiográfica contemporânea.

Os artigos deste dossiê nos indicam que a história biográfica não se reduz à história de vida, o que resultaria em uma armadilha, que Bourdieu (2003) denominou de “ilusão biográfica” (p.74). Para o autor, a história de vida pressupõe “[...] um conjunto coerente e orientado, que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma intenção subjetiva, de um projeto” (p.74), como se o percurso da vida da pessoa fosse constituído por um deslocamento linear, unidirecional e cronológico, marcado por uma visão de vida como existência dotada de significação e de direção. Em termos cronológicos, de fato, uma vida possui finitude: apresenta um começo e um fim. Mas é apenas nesse sentido que pode lhe ser atribuída unidade e totalidade, porque, quando se trata de vivências, uma vida é um sem-número de possibilidades, muitas vezes discrepantes, incoerentes, desordenadas e desprovidas de sentido. Tal como apresenta Bourdieu (2003), a realidade é constituída por possibilidades concretizadas e não concretizadas, formadas por elementos justapostos e sem razão, em múltiplos tempos e espaços, sendo, no entanto, cada elemento único e imprescindível, portanto uma vida é impossível de ser apreendida como totalidade.

Ademais, o dossiê também é um convite para pesquisarmos mais sobre a história de mulheres em seu entrecruzamento com a História da Educação em outros países falantes de língua portuguesa, bem como em países de outras línguas na América Latina. As histórias narradas neste pequeno dossiê são tão grandes que o significado das experiências femininas ultrapassa as palavras escritas e a mera visibilidade da existência de mulheres (Rovai, 2017).

Concluir este dossiê é, ao mesmo tempo, afirmar e tensionar. Afirmar a relevância política e historiográfica de biografar educadoras e tensionar os limites ainda postos a essa escrita. É preciso reconhecer que a História da Educação brasileira permanece marcada por algumas ausências, e mesmo ao ampliar o foco para as experiências femininas, nem todas as vozes encontram escuta. O intuito não é “dar voz”, mas é assumir o compromisso político “[...] escuta atenta, ética e respeitosa por vozes que insistem em se fazer ouvir, abrindo brechas e produzindo questionamentos sobre sentimentos e condutas socialmente construídos e sobre a produção de uma história única” (Rovai, 2017, p. 12). As mulheres aqui reunidas, com suas trajetórias singulares, já representam um avanço, mas o silêncio ainda recai sobre muitas outras, negras, indígenas, cujas práticas educativas resistem à normatividade dos arquivos e das narrativas instituídas. Sabemos da lacuna,

nomeamos sua persistência e, por isso mesmo, reafirmamos a urgência de seguir deslocando os centros da memória e reconfigurando os marcos do que se entende por História da Educação. Biografar mulheres é, afinal, um gesto de insurgência que não se encerra, mas continua exigindo resistência contínua.

Desejamos boas reflexões a partir da leitura dos artigos.

Brasília e São Paulo
Outono de 2025
Ana Raquel Costa Dias
Claudia Panizzolo

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Trad.: Mariza Corrêa. Campinas: Papyrus, 2003.

CALVEIRO, Pilar. **Política y/o violencia**. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2005.

LE GOFF, Jacques. Comment Écrire une biographie historique aujourd'hui? **Débat**. Mars-avril, n° 54, 1989.

LE GOFF, Jacques. **São Luís**. Biografia. Tradução: Marcos de Castro. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.

RAGO, Luzia Margareth. **A aventura de contar-se**: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas–SP: Editora da Unicamp, 2013.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. **História Oral e história das mulheres**: rompendo silenciamentos. São Paulo: Letra e Voz, 2017.

SOARES, Ana Carolina Eiras Coelho e ZARBATO, Jaqueline Ap. M. **História das Mulheres e das Relações de Gênero no Centro-Oeste**: trajetórias e desafios. Campo Grande: Life, 2020.